

Despachos .....	16
18ª Zona Eleitoral .....	16
Editais .....	17
Comunicados .....	17
27ª Zona Eleitoral .....	17
Editais .....	17
Despachos .....	18
29ª Zona Eleitoral .....	21
Decisões .....	21
33ª Zona Eleitoral .....	22
Editais .....	22
Decisões .....	22
38ª Zona Eleitoral .....	22
Editais .....	22
47ª Zona Eleitoral .....	23
Despachos .....	23
49ª Zona Eleitoral .....	24
Sentenças .....	24
50ª Zona Eleitoral .....	24
Despachos .....	24
57ª Zona Eleitoral .....	25
Despachos .....	25
58ª Zona Eleitoral .....	25
Editais .....	25
72ª Zona Eleitoral .....	28
Portarias .....	28
74ª Zona Eleitoral .....	30
Sentenças .....	30
100ª Zona Eleitoral .....	30
Editais .....	31
106ª Zona Eleitoral .....	31
Editais .....	31
114ª Zona Eleitoral .....	31
Editais .....	31
Portarias .....	33
118ª Zona Eleitoral .....	33
Decisões .....	33
124ª Zona Eleitoral .....	34
Decisões .....	34
128ª Zona Eleitoral .....	34
Editais .....	35
130ª Zona Eleitoral .....	35
Despachos .....	35
142ª Zona Eleitoral .....	36
Editais .....	36
145ª Zona Eleitoral .....	37
Editais .....	37
147ª Zona Eleitoral .....	37
Editais .....	37
ANEXOS .....	39

## TRIBUNAL PLENO

### Atos do Tribunal Pleno

#### Resoluções

Nº 250

#### RESOLUÇÃO N. 250/2016

Altera a Resolução TRE-GO n. 225/2014, para contemplar as alterações no calendário eleitoral no que tange ao período de usufruto das licenças para capacitação.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 96, I, "b" da Constituição Federal, o artigo 30, II, da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral — e o artigo 13, XII, da Resolução TRE-GO n. 173, de 11 de maio de 2011 — Regimento Interno, e

CONSIDERANDO as alterações no calendário eleitoral dispostas pela Lei Federal n. 13.165/2015 e pela Resolução TSE n. 23.430/2015 — Calendário Eleitoral, e, ainda, para contemplar o conteúdo da Portaria TRE-GO n. 118/2016, RESOLVE:

**Art. 1º** O artigo 11 da Resolução n. 225, de 06 de junho de 2014, do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. Não será concedida licença para capacitação:

III - no período compreendido entre o 1º dia do mês de agosto do ano eleitoral e a data final para diplomação dos eleitos; (NR)

Parágrafo único. A concessão de licença para capacitação no mês de julho dos anos eleitorais deverá ser precedida de criteriosa análise da chefia da unidade ou do Juiz Eleitoral, e não poderá causar prejuízo à consecução das eleições ou gerar despesas decorrentes de deslocamento para substituição, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 2º** Revogam-se as demais disposições em contrário.

(Página nº 2 da Resolução TRE/GO n. 250, de 10 de maio de 2016)

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em Goiânia, aos 10 dias do mês de maio de 2016.

Desembargador KISLEU DIAS MACIEL FILHO

**PRESIDENTE**

Desembargadora NELMA BRANCO FERREIRA PERILO

**VICE-PRESIDENTE E CORREGEDORA REGIONAL ELEITORAL**

Dr. FÁBIO CRISTÓVÃO DE CAMPOS FARIA

**JUIZ MEMBRO**

Dr. ABEL CARDOSO MORAIS

**JUIZ MEMBRO**

Dr. LUCIANO MTANIOS HANNA

**JUIZ MEMBRO**

Dr. VICENTE LOPES DA ROCHA JÚNIOR

**JUIZ MEMBRO**

**Dr. FABIANO ABEL DE ARAGÃO FERNANDES**

**JUIZ MEMBRO**

**Dr. ALEXANDRE MOREIRA TAVARES DOS SANTOS**

**PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL**

## **Acórdãos**

---

### **ACÓRDÃOS**

**1. RECURSO ELEITORAL Nº 49-55.2015.6.09.0002**

PROTOCOLO Nº 23.309/2015 (2ª ZONA ELEITORAL - GOIÂNIA/GO)

RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO LUIZ FLEURY.

RECORRENTE: BRUNO AUGUSTO BRITO DE ALMEIDA

ADVOGADA: CAROLINA AMARAL CORTES - OAB/GO: 38187

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

### **EMENTA**

RECURSO ELEITORAL. DOAÇÃO PARA CAMPANHA ELEITORAL. INOBSERVÂNCIA DO LIMITE LEGAL. PESSOA FÍSICA. APLICAÇÃO DE MULTA. MÍNIMO LEGAL. RECURSO PROVIDO.

1 O princípio da vedação ao confisco constitui limite imposto à incidência tributária, não cabendo suscitá-lo para afastar a aplicação de multa.

2 - A doação de recursos para campanha eleitoral feita por pessoa física limita-se a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior ao das eleições.

3 - Tendo o representado realizado doação acima do limite legal, justifica-se a aplicação da sanção estipulada pelo § 3º do art. 23, da Lei Federal nº 9.504, de 30.09.1997, no mínimo legal, ausentes elementos que recomendem a necessidade de sanção em patamar mais gravoso.

4 - A inelegibilidade decorrente da alínea "p", do inciso I, do art. 1º da LC nº 64/90 não é uma sanção ou pena imposta pela procedência do pedido, mas consequência a ser analisada em momento oportuno, qual seja quando ocorrer a formalização do registro de candidatura nos termos do art. 11, §10, da Lei das Eleições.

5 - Recurso parcialmente provido.

**Julgado - RE nº 4955** - Sessão Ordinária em 02/05/2016. **Acórdão Nº 168/2016** - Relator Juiz Sebastião Luiz Fleury. ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ELEITORAL, nos termos do voto do Relator.

**2. RECURSO ELEITORAL Nº 97-67.2015.6.09.0146**

PROTOCOLO: 24.540/2015 (146ª ZONA ELEITORAL - GOIÂNIA/GO)

RELATOR: JUIZ ABEL CARDOSO MORAIS

RECORRENTE: TERRAL INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA

ADVOGADOS: ANDRE SOUSA CARNEIRO - OAB: 25039/GO (e outros)

RECORRIDO: MINISTERIO PUBICO ELEITORAL

### **EMENTA**

ELEIÇÕES 2014. RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO COM BASE NO ART. 81 DA LEI Nº 9.504/1997. DOAÇÃO PARA CAMPANHA ELEITORAL ACIMA DO LIMITE LEGAL. PESSOA JURÍDICA. LIMITE LEGAL. FATURAMENTO BRUTO. MULTA. MÍNIMO LEGAL.

1. Não há cerceamento de defesa no indeferimento de produção de prova pericial tendo em vista que o juiz poderá indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 130 do CPC/73).